

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	29
------------------	----

## PARTE I ASPECTOS CONCEITUAIS

1. INTRODUÇÃO AO PROCESSO JUDICIAL PREVIDENCIÁRIO .....	45
1.1 Processo Judicial Previdenciário e ação previdenciária .....	45
1.2 Princípios do Processo Judicial Previdenciário .....	50
I. Princípio da proteção social e a concretização dos direitos sociais.....	52
II. Interpretação favorável ao segurado (in dubio pro segurado). Verdade real.....	53
III. Fatores característicos da ação previdenciária: subsistência e fator etário.....	56
IV. Celeridade previdenciária.....	57
V. Substitutividade da atuação do Poder Judiciário.....	59
VI. Proximidade com o processo trabalhista.....	66
2. O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DO DEVIDO PROCESSO LEGAL .....	69
2.1 O devido processo legal em sentido material .....	73
2.1.1 O binômio razoabilidade e proporcionalidade .....	74
2.1.2 Outras características do princípio do devido processo legal em sentido mate- rial .....	80
2.2 O devido processo legal em sentido propriamente processual .....	81
2.2.1 Aspectos gerais .....	81
2.2.2 Alcance e abrangência do princípio .....	83
2.2.3 Alcance e abrangência do princípio particularmente no Processo Judicial Previ- denciário .....	85
3. O DEVIDO PROCESSO LEGAL EM SENTIDO MATERIAL – INCIDÊNCIA NA ÁREA PREVI- DENCIÁRIA .....	95
3.1 O princípio do devido processo legal em sentido material: síntese .....	95
3.2 Os direitos fundamentais sociais: a posição da Seguridade Social .....	96
3.2.1 Evolução dos direitos fundamentais .....	96
3.2.2 A internacionalização dos direitos fundamentais .....	102
3.2.3 Os direitos sociais na Constituição Federal de 1988 .....	104
3.2.4 Características jurídicas dos direitos sociais .....	106

3.2.5	Conclusão crítica: os direitos fundamentais em face da globalização e do neoliberalismo .....	109
3.3	Efetivação dos direitos fundamentais: imposição do devido processo legal .....	112
3.4	Incidência do princípio do devido processo legal em sentido material na esfera previdenciária – Consequências .....	120

## PARTE II ASPECTOS PROCESSUAIS

4.	DA AÇÃO PREVIDENCIÁRIA .....	135
4.1	Legitimidade .....	135
4.1.1	Legitimidade ativa: segurados/dependentes .....	135
4.1.2	Legitimidade passiva: INSS .....	136
4.1.3	Litisconsórcio passivo .....	138
4.2	Capacidade e representação processual .....	139
4.3	Atos processuais .....	141
4.3.1	Comunicação dos atos processuais .....	141
4.3.2	Prazos .....	143
4.3.3	Custas .....	144
4.3.4	Apresentação de documentos .....	144
4.4	Formação, suspensão e extinção do processo .....	144
4.4.1	Citação .....	144
4.4.2	Indeferimento liminar da inicial .....	145
4.4.3	Coisa julgada (previdenciária) .....	146
4.4.4	Condições da ação .....	147
4.4.4.1	Interesse de agir: o prévio exaurimento das vias administrativas e o princípio constitucional do acesso à Justiça .....	147
4.4.4.2	Carência de ação por perda superveniente de objeto: concessão administrativa de benefício .....	160
4.4.4.3	Homologação de transação entre as partes .....	162
4.5	Do processo e do procedimento .....	163
4.5.1	Tutela antecipada .....	164
4.5.2	Contestação .....	165
4.6	Julgamento conforme o estado do processo .....	166
5.	DAS PROVAS .....	169
5.1	O princípio do devido processo legal em sentido propriamente processual: síntese ....	169
5.2	A garantia constitucional de ampla defesa e a amplitude da produção probatória ....	170
5.2.1	A apreciação do conjunto probatório pela Administração Pública e pelo Poder Judiciário .....	181
5.3	Algumas peculiaridades sobre a matéria probatória em tema de Processo Judicial Previdenciário .....	187
5.3.1	Das provas .....	187

5.3.2	Prova documental .....	196
5.3.3	Prova testemunhal .....	202
5.3.4	Prova pericial .....	211
5.3.5	Prova da pobreza em casos do benefício de assistência social .....	224
5.3.6	Inspeção judicial .....	230
5.4	A inversão do ônus da prova .....	232
5.5	Prova emprestada da Justiça Trabalhista .....	233
6.	DA COMPETÊNCIA .....	237
6.1	A competência para processar e julgar matéria previdenciária definida na Constituição Federal de 1988 .....	237
6.2	Competência subsidiária da Justiça Estadual em matéria previdenciária .....	239
6.3	Competência subsidiária da Justiça Estadual para o julgamento do benefício da assistência social .....	246
6.4	Competência para julgar matéria relativa a acidentes de trabalho .....	249
6.5	Competência dos Juizados Especiais Federais .....	250
6.6	Competência para julgar matéria previdenciária e o art. 109, Inc. V-A, da Constituição Federal .....	253
	Resumo esquemático .....	254
7.	DO ACESSO À JUSTIÇA .....	257
7.1	Varas especializadas em Direito Previdenciário .....	257
7.2	A prioridade conferida ao idoso .....	260
7.3	A gratuidade processual .....	261
8.	DO MINISTÉRIO PÚBLICO .....	263
8.1	A atuação do Ministério Público no processo civil .....	263
8.2	A participação do Ministério Público nos processos judiciais previdenciários .....	266
8.3	Ações coletivas .....	271
8.3.1	Algumas ponderações sobre a atuação do Ministério Público nas ações coletivas .....	273
8.3.2	As ações coletivas em matéria previdenciária .....	275
9.	DA SENTENÇA E DA APELAÇÃO .....	279
9.1	Os efeitos do recebimento do recurso de apelação em matéria previdenciária: efeito devolutivo e efeito suspensivo .....	279
9.1.1	Aspectos gerais .....	279
9.1.2	O regime original do art. 130 da Lei de Benefícios .....	281
9.1.3	A declaração de inconstitucionalidade do art. 130 da Lei de Benefícios .....	282
9.1.4	As alterações promovidas pela Lei 10.352/2001 .....	282
	Resumo esquemático .....	284
9.2	O reexame necessário nas ações previdenciárias .....	285
9.2.1	O regime previsto na Lei 9.469/1997 .....	285
9.2.2	As alterações promovidas pela Lei 10.352/2001 .....	288
9.2.2.1	Aplicação retroativa .....	289

9.2.2.2	Sentença ilíquida .....	290
9.2.3	O reexame necessário nos Juizados Especiais Federais .....	291
9.3	Aplicação do art. 285-A do CPC em matéria previdenciária .....	291
	Resumo esquemático .....	293
10.	DA EXECUÇÃO .....	295
10.1	Dos precatórios .....	295
10.1.1	Aspectos gerais .....	295
10.1.2	Os precatórios na seara previdenciária .....	297
10.1.3	A primeira sistemática vigente .....	298
10.1.4	Segunda etapa do regime de precatórios – A declaração de inconstitucionalidade do art. 128 da Lei de Benefícios .....	300
10.1.5	Terceira etapa do regime de precatórios: as Emendas Constitucionais 20/1998 e 30/2000 .....	301
10.1.6	A Lei 10.259/2001 .....	306
10.1.7	A novel Lei 11.232, de 22.12.2005 .....	307
10.1.8	A sistemática trazida pela Emenda Constitucional 62/2009 .....	307
10.1.9	Os precatórios complementares .....	309
10.1.10	Conclusão crítica a respeito dos precatórios judiciais .....	311
10.2	Embargos à execução com fulcro na coisa julgada inconstitucional .....	313
	Resumo esquemático .....	317
11.	DO RECURSO DE AGRAVO .....	319
11.1	Cabimento .....	319
11.2	Modalidades do recurso de agravo: retida e por instrumento .....	320
11.3	Competência .....	322
11.4	Do processamento do agravo de instrumento nos tribunais .....	322
11.5	Principais problemas no processo judicial previdenciário .....	323
12.	DO MANDADO DE SEGURANÇA .....	325
12.1	Concepção constitucional do mandado de segurança .....	325
12.2	O ato/fato impugnável em matéria previdenciária .....	326
12.3	Legitimidade ativa (impetrante) .....	330
12.4	Legitimidade passiva/autoridade coatora .....	331
12.5	Liminar .....	333
12.6	Do Ministério Público .....	334
12.7	Do mandado de segurança preventivo .....	334
12.8	Do mandado de segurança coletivo .....	335
12.9	Trâmite .....	336
12.9.1	Competência .....	336
12.9.2	Decadência .....	337
12.9.3	Processamento .....	337
12.9.4	Dos recursos .....	338
12.10	Do mandado de segurança nos Juizados Especiais Federais .....	338

12.10.1	Requisitos .....	338
12.10.2	Competência .....	339
13.	DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS .....	341
13.1	Introdução aos recursos extraordinários .....	342
13.2	Dos requisitos de admissibilidade .....	343
13.2.1	Da impossibilidade de reexame de provas .....	343
13.2.2	Do esgotamento das instâncias recursais ordinárias .....	345
13.2.3	Interposição conjunta dos recursos extraordinários e especial .....	347
13.2.4	Ofensa indireta à Constituição Federal .....	348
13.2.5	Dissídio jurisprudencial .....	350
13.3	Tramitação dos recursos extraordinário e especial .....	350
13.3.1	Efeitos dos recursos .....	350
13.3.2	Do regime de retenção dos recursos extraordinários .....	351
13.3.3	Agravo contra inadmissibilidade dos recursos especial e extraordinário .....	352
13.3.4	Inovações processuais em matéria de julgamento de recursos especiais e extraordinários (repercussão geral e recursos especiais repetitivos) .....	353
13.3.4.1	O recurso extraordinário e a repercussão geral .....	353
13.3.4.2	O julgamento de recursos extraordinário e especial por blocos; a Súmula Vinculante .....	354
13.4	Da turma nacional de uniformização dos julgados especiais federais .....	356
14.	DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS .....	357
14.1	Histórico .....	357
14.2	As vantagens dos Juizados Especiais Federais para a concretização dos direitos fundamentais .....	359
14.3	Do procedimento dos Juizados Especiais Federais .....	361
14.3.1	Apliação subsidiária das normas dos Juizados Especiais Estaduais .....	362
14.4	Da petição inicial .....	362
14.4.1	Das partes processuais .....	363
14.4.2	Da ciência dos atos processuais .....	363
14.4.3	Dos prazos processuais .....	364
14.4.4	Da representação judicial e da possibilidade de conciliação e transação .....	364
14.4.5	Da revelia .....	366
14.4.6	Das cautelares e dos recursos .....	367
14.4.7	Da instrução probatória .....	370
14.4.8	Da sentença e seu cumprimento .....	370
14.4.9	Das Turmas Recursais e da Turma Nacional de Uniformização .....	370
14.4.10	Dos recursos extraordinário e especial .....	372
14.4.11	Da organização administrativa .....	373
14.4.12	Da competência exclusiva para processar e julgar ações previdenciárias .....	374
14.4.13	Da proibição de redistribuição de demandas anteriormente ajuizadas .....	375
	CONCLUSÕES .....	377

### PARTE III PRÁTICA FORENSE

1. INTRODUÇÃO .....	381
2. PETIÇÃO INICIAL .....	382
2.1 Modelo .....	383
3. AGRAVO DE INSTRUMENTO .....	385
3.1 Modelo .....	387
4. RECURSO DE APELAÇÃO .....	389
4.1 Modelo .....	391
5. MANDADO DE SEGURANÇA .....	393
5.1 Modelo .....	394
6. CONTRARRAZÕES DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO .....	397
6.1 Modelo .....	398

### PARTE IV SÚMULAS EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA

1. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF) .....	403
1.1 Súmulas Não Vinculantes .....	403
1.2 Súmulas Vinculantes .....	404
1.3 Repercussão geral em matéria processual previdenciária .....	404
2. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ) .....	405
2.1 Recursos repetitivos em matéria processual previdenciária .....	407
3. EXTINTO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS (TFR) .....	409
4. TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS .....	410
4.1 TRF 1.ª REGIÃO .....	410
4.2 TRF 2.ª REGIÃO .....	412
4.3 TRF 3.ª REGIÃO .....	414
4.4 TRF 4.ª REGIÃO .....	415
4.5 TRF 5.ª REGIÃO .....	417
5. TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS .....	417
5.1 Súmulas .....	417
5.2 Questões de ordem – Incidente de uniformização .....	420
BIBLIOGRAFIA .....	423